

ANL

Mulher negra 500 anos

(Helena Theodoro)

Falar dos quinhentos anos da mulher negra no Brasil é falar de invisibilidade, anonimato, enfim, de luta pela sobrevivência., que forjou uma identidade cultural negra, que realiza e dinamiza a restituição e transmissão do axé (força de vida) através dos ritos.

As mulheres negras foram mucamas, cozinheiras, mães, sacerdotisas, prostitutas, traduzindo sua arte no cotidiano – cozinhando, costurando, bordando, participando de rituais, contando histórias, plantando jardins - que enfeitaram nossa infância e embelezaram nossas vidas. Foram mulheres que semearam o campo, tropeçando cegas pela vida, maltratadas pela pobreza, mutiladas, apagadas e confundidas pelo sofrimento. ~~Eram artistas que buscavam uma música ainda não escrita, na qual a sua força,~~ a sua espiritualidade, o seu AXÉ, aquela coisa desconhecida que existia dentro delas , se tornasse conhecida. E elas esperavam e esperavam... No entanto, sabiam que seus campos de outono, vazios de frutos, iriam chegar ao tempo da colheita., mesmo que fosse num outro tempo, pelas mãos e força de outras mulheres. E assim está sendo!...

1. A mulher negra dos séculos XVI a XIX

O período escravista foi extremamente marcado pela opressão e pela castração do povo negro diante de sua luta pela libertação. A resistência aparecia sob todas as formas , através de guerras ou guerrilhas, como as que ocorreram no Ndongo(atual Angola), no Quilombo dos Palmares e nos demais quilombos espalhados pelo Brasil. É neste momento histórico que se manifesta a presença guerreira da Rainha Ginga de Angola, exemplo para todas as mulheres negras. Em 1623 Nzinga Mbandi Ngola Kiluanji, a Rainha Ginga, assumiu o trono do Ndongo e passou a lutar contra os portugueses. Nzinga participava dos combates e era também muito respeitada por possuir poderes ligados às forças cósmicas, o que lhe permitia mandar chover para garantir a fertilidade da terra. Casou-se e separou-se de Jaga Kasa, descendente dos jagas - povo guerreiro que se destacava nos combates militares e com quem continuou mantendo boas relações a fim de defender os interesses político-militares com os portugueses .

É importante ressaltar a força e os meios estratégicos que a Rainha Ginga utilizava para estabelecer alianças com outros reinos através de intensa atividade diplomática que, depois de muitos esforços, resultou na obtenção da assinatura de um tratado, junto ao Governo de Luanda, que mantinha a integridade do Reino do Ndongo. Nzinga conseguiu libertar escravos, distribuir terras, ampliar alianças com outros chefes e consolidar a unidade do Ndongo. Como conseqüência era perseguida pelas tropas portuguesas e tinha que deslocar os acampamentos, deixando somente os rastros de sua passagem pelos locais onde acampava com seu exército, criando os quilombos. Após inúmeras batalhas, com a morte de uma de suas irmãs, entre alianças feitas e desfeitas, a

rainha, já em idade avançada, por volta de 1650, percebeu que era chegado o momento de buscar a paz na região. Buscou aliança com a Igreja, pois sabia que, sem o respaldo do Vaticano seria difícil assinar qualquer acordo devido às pressões dos traficantes de escravos, que tinham interesse na continuação da guerra, fonte de prisioneiros. O objetivo principal de Nzinga era estimular as insurreições negras, especialmente Palmares, no Brasil. Finalmente, em 1657, foi celebrado o tratado de paz que permitiu a libertação de uma outra irmã de Nzinga e a independência do Ndongo. As mulheres foram beneficiadas com este acordo de paz, pois passaram a ter liberdade de criar seus filhos nos quilombos, o que durante a guerra era proibido, permitindo assim, o repovoamento do Ndongo.

Com a aliança feita com a Igreja, Nzinga teve que abrir passagem para os missionários capuchinhos, fazendo-se passar pelos ritos de conversão ao catolicismo. Batizou-se com o nome católico de Ana de Souza. Incentivou o batismo de todas as crianças, exigindo que seus soldados usassem um medalhão com uma cruz. Desta relação com a Igreja, foram fundadas as irmandades católicas de negros que, além de formarem correntes de libertação através da compra de cartas de alforria, abrigavam também sociedades africanas que implantaram no Brasil a tradição religiosa de origem, as comunidades-terreiro de candomblé, que foram e são espaços de afirmação de nossa identidade afro-descendente.

A história da Rainha Ginga, como é conhecida nas congadas brasileiras, é bastante significativa no que se refere ao papel de mulher em nosso meio social. Seu modo de articular, suas estratégias de ação, sua força guerreira em muito subsidiaram a mulher negra, que trava uma verdadeira batalha para sobreviver e lutar em seu cotidiano, criando sozinhas seus filhos, tendo que dar conta dos afazeres domésticos e, muitas vezes, realizando no trabalho, na casa da patroa, as mesmas atividades que o dia-a-dia reserva em sua casa.

1.1 –A mulher negra e os quilombos

Os quilombos eram formados em regiões afastadas das unidades de produção e dos aparelhos militares escravistas. Se caracterizavam pela dimensão pan-africanista de sua luta, implantando e expandindo os valores negro-africanos e se constituindo como referência da resistência contra o escravismo colonialista, dando nas Américas, continuidade ao processo de guerra de libertação africana. Aqui no Brasil, por volta de 1600 começa a se constituir o reino negro dos Palmares, em Alagoas, que se tornaria até 1695 no maior quilombo das Américas. Palmares chegou a se estender por 27 quilômetros e era formado por florestas tropicais, pelas quais passavam inúmeros rios. A terra era fértil, a flora exuberante e a fauna abundante, o que permitia à comunidade negra uma perfeita interação com a natureza e, conseqüentemente, um profundo conhecimento sobre como lidar com todos os benefícios oferecidos pela terra, utilizando o cultivo de produtos variados. Esta forma de trabalho da comunidade negra produzia muita fartura, contrastando com a extrema penúria da colônia. Por isso os quilombos não eram formados só por negros, mas sim por índios, cafuzos, mamelucos e brancos, formando uma comunidade integrada que chegou a possuir 25 mil habitantes., tendo tido como principais lideranças Ganga Zumba e Zumbi.

Algumas mulheres se destacaram na afirmação sócio-existencial negra, que foram os quilombos.. Uma delas foi AQUALTUNE., líder do Quilombo dos Palmares.

Era princesa na África, filha do Rei do Congo, vendida como escrava para o Brasil. Organizou sua fuga e de outros escravos para Palmares e ao lado de Ganga Zumba, iniciou o processo de organização do Estado de Palmares. Chefiou uma das povoações que levava seu nome: Mocambo de Aqualtune.

Outro nome que se destaca é o de TERESA DO QUARITERÊ. Teresa foi Rainha do Quilombo Quariterê durante duas décadas, no século XVIII. Teria nascido em Benguela, Angola, embora exista a possibilidade de ter nascido no Brasil. Liderou um grupo de negros e índios instalados próximos a Cuiabá, não muito longe da fronteira de Mato Grosso com a atual Bolívia. Impôs tal organização a Quariterê que o quilombo sobreviveu até 1770. Contava com um parlamento, um conselheiro da rainha e um sistema de defesa organizado com armas trocadas com brancos ou roubadas nas vilas próximas. Teresa exercia grande controle e influência sobre o Quilombo, que contava com uma agricultura de algodão e alimentos muito desenvolvida. Possuía teares com os quais fabricavam tecidos que eram comercializados fora dos quilombos, bem como os alimentos excedentes. Quariterê se caracterizou pelo seu trabalho com a forja, pois transformava em instrumentos de trabalhos os ferros utilizados contra os negros ..

Mulheres como a Rainha Ginga, Aqualtune e Teresa do Quariterê foram guerreiras, mães, líderes espirituais, preservando todas as dimensões das grandes mães ancestrais, **as Iyá-mi**, delineando toda uma maneira de ser e estar no mundo das mulheres negras brasileiras, seja no século XIX, como Chica da Silva ou Luiza Mahin ou no século XX como Mãe Aninha, Tia Ciata, Mãe Senhora, Mãe Menininha do Gantois, Tia Zica ou Tia Neuma.

1.2. A mulher escrava

As mulheres quilombolas se contrapõem às mulheres escravas, que não tinham direito a uma existência própria, tendo sofrido os horrores da exploração de uma sociedade escravocrata e patriarcal.. Segundo Giacomini (1988) a mulher escrava além de estar inserida no trabalho produtivo como o homem escravo, tinha a particularidade de possibilitar a reprodução biológica. O potencial produtivo aliado ao potencial reprodutivo da escrava não favoreciam o lucro esperado, ficando assim as mulheres à mercê das necessidades e solicitações de seus senhores, utilizada como objeto sexual e como ama-de-leite, sendo impedidas de exercer sua condição feminina de ser mãe e de ser mulher.

O mito da mulher negra super sexuada, construído ao longo da história tem suas bases calcadas na visão que se tinha da mulher escrava. Entretanto, tal visão foi concebida dentro de uma sociedade patriarcal onde sempre se determinou o poder do homem sobre a mulher, independente desta ser escrava ou senhora. A sexualidade que os senhores podiam vivenciar com suas esposas era permeada de regras e valores relacionados aos preceitos religiosos e morais. A escrava negra não tinha família, nem cidadania, sendo obrigada a atender às fantasias sexuais do senhor e dos filhos do senhor. Esta relação escrava-objeto sexual representava, aos olhos da senhora, uma ameaça aos laços abençoados e sacramentados da família branca. Assim sendo, a relação entre elas era uma versão doméstica e feminina da com o feitor.

A diferença de atuação sexual entre negras e brancas era facilmente explicável em função dos papéis distintos que estas mulheres ocupavam na sociedade. A mulher branca era educada para ser dona de casa e mãe de família, sendo vedadas a ela

relações sexuais antes do casamento, o que possibilitava a exploração sexual da mulher negra. À mulher escrava restava a servidão contínua e incontestável, reproduzida em muitos casos, nos dias atuais.

2. A mulher negra do século XX

Após o término da escravidão a mulher negra passou a atuar como vigamestra das famílias e das comunidades negras, arcando com o sustento moral e com a subsistência dos filhos. Saiu da senzala para os cortiços, tornando-se mulher de cama e mesa, ora servindo ao seu companheiro, ora servindo o patrão que antes encarnava o papel de senhor, além de servir à patroa que antes era a sinhá. Por outro lado, todo um dispositivo de atribuições negativas relativas aos negros é criado, com o objetivo de manter o espaço da participação social no país restrito aos estreitos limites da antiga ordem escravista.

Atuando no século XX como empregada ou babá, viabiliza a emancipação da mulher branca, por permitir a sua saída de casa para ocupar as universidades e trabalhar nas repartições públicas. Este é o novo quadro da tradicional família brasileira, consequência das indústrias e da evolução cultural do país, que criou a emancipação cultural e econômica das mulheres em cidades grandes, onde o serviço de creches é deficiente. Mesmo na família que mantém a divisão de tarefas entre marido e mulher, quem, em geral, executa as tarefas domésticas é a mulher negra.

Uma parte muito pequena de mulheres negras conseguiram alcançar um espaço mais privilegiado na escala social, mas o preconceito é o grande vilão na história da mulher negra, já que compete com a mulher branca pela conquista de espaços. Recorrendo aos anúncios de oferta de empregos encontramos como critério para seleção o item “boa aparência”, que imediatamente descarta a mulher negra, não considerada padrão de beleza versus o padrão europeu preestabelecido.

A história da ascensão social do negro brasileiro pode ser vista como a da submissão de uma tradição cultural em presença de outra que predomina na sociedade. Para a mulher negra de classe média a ascensão social implica uma luta contra esta ideologia dominante, calcada em valores europeus, para a preservação de sua identidade. Desta maneira ela toma consciência de um processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si mesma, engendra uma estrutura de desconhecimento, que tenta aprisioná-la em uma imagem alienada, na qual não se reconhece, como por exemplo, a da mulata super-sexuada.

2.1 –As Ialorixás – mulheres negras religiosas

A perseguição impiedosa feita aos quilombos em função da íntima relação entre as insurgências negras e as comunidades religiosas de base africana, além da ameaça representada pelo Quilombo dos Palmares, oportunizou a liderança religiosa das mulheres, já que o governo promoveu um extermínio brutal dos líderes religiosos. O culto aos orixás, que pode ser liderado por homens ou mulheres, encontrou na mulher negra o principal esteio para a manutenção das tradições religiosas e culturais da comunidade.

As comunidades-terreiros surgiram de confrarias religiosas baianas, especificamente da Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo,

fundada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Pelourinho (negros de Angola) e da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, da Igreja da Barroquinha (mulheres nagôs). As mulheres tiveram um papel fundamental em sua organização, tornando-as espaços estruturadores de identidade e de formas de comportamento social e individual.

A primeira comunidade conhecida, que organizou publicamente o primeiro terreiro de culto aos orixás, dedicado a Xangô Afonjá, orixá da casa dos Alafin, reis de Oyó, surgiu na Barroquinha, fundada por três africanas, sendo uma delas descendente de Ketu – sacerdotisa Iyá-Nassô. Foi o Ilê Iyá Nassô, conhecido por Casa Branca, de onde saíram os mais importantes terreiros Nagô, que fizeram da Bahia a conhecida *Roma Negra*, como dizia Mãe Aninha – Oba Biyi, fundadora do Axé Opô Afonjá, em São Gonçalo do Retiro. As mães de santo, saudadas e respeitadas por personalidades da vida cultural do país, se destacam neste século, como **mulheres negras brasileiras**, que se impõem por sua dignidade e força. Um outro nome que se destaca na tradição dos terreiros é o de Maria Bibiana do Espírito Santo, Mãe Senhora, sucessora de Mãe Aninha no Axé Opo Afonjá. Mãe Senhora, com apoio de seu filho Mestre Didi (Deoscoredes Maximiliano dos Santos) artista plástico reconhecido internacionalmente, sacerdote supremo do culto dos antepassados (Egungun), restabeleceu em 1953 os laços religiosos com a Nigéria, intercâmbio que permanece até os nossos dias. Mãe Menininha do Gantois e Mãe Stella de Oxóssi, atual iarolixá do Axé Opo Afonjá, são nomes conhecidos e respeitados em todo o país, destacando-se Mãe Stella por sua liderança e luta contra o sincretismo religioso.

As comunidades se constituem em verdadeiros sistemas de alianças, que variam segundo o estado em que se localizam e as origens de seus fundadores, sendo que os laços de sangue são substituídos pelos de participação na comunidade, de acordo com a antiguidade, as obrigações e a linhagem iniciática.

No Rio de Janeiro, a baiana Tia Ciata, da Oxum Hilária Batista de Almeida) ficou conhecida no início do século por suas ligações diretas com o samba de morro carioca, gerador das conhecidas escolas de samba.

Agripina de Souza, de Xangô, Mãe Cantulina Pacheco, Mãe Bida ou Mãe Beata de Iemanjá são mulheres negras conhecidas e respeitadas no Rio de Janeiro por suas lideranças religiosas e comunitárias, da mesma forma que Mãe Andresa e Mãe Celeste da Casa das Minas do Maranhão, são exemplos de força e seriedade em São Luís.

2.2 – A mulher negra e os movimentos feministas

O movimento feminista no Brasil, não se prendeu ao estupro ou ao mercado de trabalho como o europeu, alargando seus horizontes, passando a situar como alvos de sua luta não apenas os assassinatos ou crimes de sangue, mas também os pequenos “assassinatos do dia-a-dia”.

Proliferam, assim, os movimentos específicos de grupos de mulheres, sendo que as primeiras organizações de mulheres negras, segundo Gonzalez (1985), surgem dentro do Movimento Negro, destacando-se a contribuição de Maria Beatriz Nascimento que organizou em 1972, na Universidade Federal Fluminense, a **Semana de Cultura Negra**, seguida dos históricos encontros nas Faculdades Candido Mendes, que reuniram toda uma nova geração para discutir o racismo e suas práticas, enquanto forma de exclusão da comunidade afro-descendente. As mulheres negras se destacaram por discutirem o seu dia-a-dia, sendo que em 1975, quando as feministas comemoravam o Ano Internacional

da Mulher, elas apresentaram um documento que caracterizava sua situação de opressão e exploração. Os anos seguintes testemunharam a criação de diferentes grupos:

1979 – Aqualtune; 1980 – Luiza Mahin ; 1982 – Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Em 16 de junho de 1983, no Rio de Janeiro, Lélia Gonzalez, Jurema Batista, Geralda Alcântara e muitas outras criaram o ***Nzinga Coletivo de Mulheres Negras***, que reuniu mulheres do movimento negro, de associação de moradores, de movimento de favelas. Em São Paulo, Thereza Santos, ainda em 1983, cria o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, sendo que em 1986, no Rio, Alzira Rufino organiza um Coletivo de Mulheres Negras da Baixada..

1988/São Paulo - surge o **Geledés Instituto da Mulher Negra**, como uma proposta de atualização e adequação de matrizes culturais negro-africanas às necessidades contemporâneas da luta das mulheres negras, estruturando-se em torno de três programas básicos: a) Programa de Direitos Humanos/SOS Racismo, oferecendo assistência legal para vítimas da violência racial; b) Programa de Saúde, que busca conscientizar as mulheres sobre as doenças étnicas ou prevalentes na população afro-descendente, além de prevenir contra as DSTs e AIDS; c) Programa de Comunicação, gerador de folhetos, cadernos, cartilhas e eventos.

A 30 de junho de 1990 foi inaugurada a **Casa de Cultura da Mulher Negra** por integrantes do ***Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista***, criado em 1986. A casa promoveu o I e o II Encontro de Mulheres Negras da Baixada Santista e foi representante não-governamental do Brasil na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 1993/Viena.

A 2 de setembro de 1992 é fundada **CRIOLA**, instituição de sociedade civil sem fins lucrativos, conduzida por mulheres negras de diferentes formações, voltada para o trabalho com mulheres, adolescentes e meninas negras basicamente no Rio de Janeiro. As linhas de ação do CRIOLA são oficinas, cursos e treinamentos, projetos de saúde, publicações, profissionalização e programas de defesa e garantia de direitos humanos.

Em São Paulo, fundada em abril de 1997, o ***Fala preta! Organização de Mulheres Negras*** chega com o objetivo de promover o desenvolvimento humano sustentável buscando a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, especialmente a étnico-racial e de gênero.

Apresentamos uma panorâmica de algumas vozes e formas de manifestação da presença de nossas ancestrais entre nós. É uma força, uma energia de vida (AXÉ,) que nos propicia perspectivas para um futuro digno e respeitável para todas as mulheres negras. Tenho certeza de que é o que nossas avós esperavam.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2000.

Helena Theodoro

BIBLIOGRAFIA

CUNHA JUNIOR, Henrique. **História Africana para Educadores**. Revista do CNTE, 1998.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava. Uma introdução histórica do estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá: dinâmica da civilização africano-Brasileira**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA: Sociedade de Estudos Cultura Negra no Brasil, 1995.

SILVA, Benedita da . **Nós, Mulheres negras**. Senado Federal: Brasília, 1997.

THEODORO, Helena. **Mito e espiritualidade: Mulheres negras**. Rio: Pallas, 1996.

WERNECK, Jurema. **O livro de saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe/** organização /Jurema Werneck, Maisa Mendonça, EvelynC.White: /tradução/Maisa Mendonça, Marilena Agostini e Maria Cecilia MacDowell dos Santos – Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000.